

**1ª ALTERAÇÃO DA EMPRESA 3DE PARTICIPAÇÕES LTDA, TRANSFORMAÇÃO DE LTDA PARA S.A.**

CNPJ – 59.224.358/0001-40 - NIRE n. 52300050316

Aos 26 dias do mês de maio de 2025, às 10:00 horas, na sede social da sociedade empresária 3DE PARTICIPAÇÕES LTDA, situada, nesta data, na Alameda Pedro Primeiro, nº 1476, Quadra 119, Lote 11, Setor Faixalville, Goiânia, Estado de Goiás, CEP 74360-190, reuniram-se os sócios da sociedade, com a totalidade do capital social, dispensadas as formalidades de convocação, nos termos da legislação aplicável.

**PRESEÇA:** Compareceu o sócio ELITON RODRIGUES FERNANDES, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, empresário, nascido em 21/02/1960, inscrito no CPF nº 213.607.231-53, residente e domiciliado na Rua C-97, Quadra 202, Lote 3/8, Casa 04, Setor Sudoeste, Goiânia-GO, CEP 74303-380, sócio único da sociedade até a presente data.

**ORDEN DO DIA: A) ADMISSÃO DE NOVO SÓCIO E CESSÃO DE QUOTAS; B) ALTERAÇÃO DO ENDEREÇO DA SEDE SOCIAL; C) TRANSFORMAÇÃO DO TIPO SOCIETÁRIO DE SOCIEDADE LIMITADA PARA SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL FECHADO; D) CONVERSÃO DE QUOTAS EM AÇÕES; E) APROVAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL; F) ELEIÇÃO DA DIRETORIA; G) DELIBERAÇÕES FINAIS.**

**DELIBERAÇÕES: A) ADMISSÃO DE NOVO SÓCIO E CESSÃO DE QUOTAS:** Foi admitido na sociedade o Sr. DANIEL FONSECA FERNANDES, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 06/08/1988, portador da cédula de identidade nº 4.480.103 SSP/GO, inscrito no CPF nº 006.323.321-58, residente e domiciliado na Rua C-97, Quadra 202, Lote 3/8, Casa 04, Setor Sudoeste, Goiânia-GO, CEP 74303-380. O sócio ELITON RODRIGUES FERNANDES, detentor de 600.000 (seiscentas mil) quotas ordinárias tipo A, 200.000 (duzentas mil) quotas ordinárias tipo B e 630.000 (seiscentas e trinta mil) quotas preferenciais, todas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real), totalizando R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais), totalmente integralizadas, cede e transfere, a título oneroso, 1.000 (mil) quotas preferenciais, pelo valor unitário de R\$ 1,00 (um real), ao sócio ora admitido. Em decorrência da cessão e transferência de quotas ora deliberada, o capital social da sociedade, no valor total de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais), passa a ser distribuído da seguinte forma: o acionista ELITON RODRIGUES FERNANDES passa a deter 629.000 (seiscentas e vinte e nove mil) quotas preferenciais, 600.000 (seiscentas mil) quotas ordinárias do tipo A e 200.000 (duzentas mil) quotas ordinárias do tipo B, totalizando o valor de R\$ 1.429.000,00 (um milhão, quatrocentos e vinte e nove mil reais); e o acionista DANIEL FONSECA FERNANDES passa a deter 1.000 (mil) quotas preferenciais, no valor total de R\$ 1.000,00 (um mil reais), não possuindo quotas ordinárias do tipo A nem do tipo B.

**B) ALTERAÇÃO DO ENDEREÇO DA SEDE SOCIAL:** Os sócios aprovam, por unanimidade, a alteração do endereço da sede social, que passa a ser na Rua Finlândia, nº 304, Quadra 88, Lote 19, Jardim Europa, Goiânia-GO, CEP 74330-150.

**C) TRANSFORMAÇÃO DO TIPO SOCIETÁRIO DE SOCIEDADE LIMITADA PARA SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL FECHADO:** Os sócios deliberam, por unanimidade, transformar a sociedade empresária limitada em sociedade anônima de capital fechado, sem dissolução ou interrupção de suas atividades, permanecendo inalterados o patrimônio, os direitos, as obrigações, a escrituração contábil e fiscal e o objeto social. Em razão da transformação, a sociedade passa a adotar a denominação 3DE PARTICIPAÇÕES S.A., regendo-se pela Lei nº 6.404/1976 e demais normas aplicáveis. A companhia sucederá integralmente a sociedade limitada transformada em todos os seus direitos e obrigações, ativos e passivos.

**D) CONVERSÃO DE QUOTAS EM AÇÕES:** Em decorrência da transformação, cada quota do capital social é convertida em uma ação, passando o capital social de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais) a ser representado por 1.430.000 (um milhão, quatrocentos e trinta mil) ações nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas: 600.000 ações ordinárias tipo A; 200.000 ações ordinárias tipo B; 630.000 ações preferenciais. As ações encontram-se totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, conforme Boletim de Subscrição – Anexo I do Estatuto Social.

**E) APROVAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL:** Foi aprovado, por unanimidade, o Estatuto Social da 3DE PARTICIPAÇÕES S.A., que após lido e rubricado, passando a integrar a ata como Anexo II, regendo integralmente a Companhia.

**F) ELEIÇÃO DA DIRETORIA:** Foi eleito, por unanimidade, para o cargo de Diretor Presidente (CEO): ELITON RODRIGUES FERNANDES, já qualificado, com mandato de 03 (três) anos. Os demais diretores serão eleitos em assembleia geral ordinária, nos termos do artigo 132 da Lei nº 6.404/76. Fica estabelecido pró-labore mensal equivalente a 01 (um) salário mínimo, podendo ser alterado por deliberação futura. O Diretor ora eleito torna posse mediante assinatura do Termo de Posse – Anexo III, lavrado no livro societário próprio.

**G) DELIBERAÇÕES FINAIS:** As publicações legais da Companhia serão realizadas exclusivamente por meio eletrônico, nos termos do artigo 294 da Lei das Sociedades Anônimas, conforme redação dada pela Lei Complementar nº 182/2021. Os acionistas declaram definitivamente concretizada a transformação societária e autorizam a Diretoria a praticar todos os atos necessários ao pleno e regular funcionamento da Companhia, inclusive abertura e autenticação dos livros societários e comunicações aos órgãos competentes.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a alteração contratual, que depois de lida e achada conforme, foi assinada por todos os acionistas. Goiânia – GO, 26 de maio de 2025.

Assinantes:

**ELITON RODRIGUES FERNANDES**  
**DANIEL FONSECA FERNANDES**

**VICTOR U. CONSTANTE**

(Advogado OAB/GO 72.375)

REGISTRO JUCEG: 03/06/2025 PROTOCOLO N. 251460886

**ESTATUTO SOCIAL**

**3DE PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ: 59.224.358.0001-40**

**I-DENOMINAÇÃO, OBJETO SOCIAL E AFINS**

**1. Tipo societário.** A Companhia é uma Sociedade Anônima de Capital Fechado, regida pela Lei 6.404/76.

**2. Nome Empresarial.** A Companhia tem 3DE PARTICIPAÇÕES S.A., como nome empresarial;

**3. Sede.** A Companhia tem sede na Rua Finlândia, n.º 304, Qd. 88, Lt. 19, Jardim Europa, Goiânia – GO, CEP: 74330-150

**3. Objeto social.** A Companhia tem por objeto social: Holding de instituições não financeiras (CNAE 6462-0/00); Compra e venda de imóveis próprios (CNAE 6810-2/01); e Aluguel de imóveis próprios (CNAE 6810-2/02).

**4. Prazo.** A Companhia tem prazo de duração por tempo indeterminado, tendo iniciado as atividades em 07/01/2025.

**4.1.** Salvo autorização da unanimidade dos acionistas votantes, nenhum acionista poderá exercer o direito de recesso/retirada pelo período de 6 (seis) anos, a partir de sua entrada no quadro societário.

**II-AÇÕES, CAPITAL SOCIAL E AFINS**

**5. Capital Social.** O capital social da Companhia é de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, representado por: 600.000 (seiscentas mil) ações ordinárias tipo A, sem valor nominal; 200.000 (duzentas mil) ações ordinárias do tipo B, sem valor nominal; e 630.000 (seiscentas e trinta mil) ações preferenciais, sem valor nominal.

**6. Tipos de ações.** Conforme mencionado no item 5 o capital social é dividido em 3 (três) classes de ações diferentes, tendo cada uma delas as seguintes características:

- Ação Ordinária Classe A: Direito econômico e direito político proporcionais à participação no capital social, nos termos do Código Civil;
- Ação Ordinária Classe B: Direito econômico proporcional à participação no capital social e direito político ampliado, de forma que cada quota terá voto plural, multiplicado à 10x, nos termos do artigo 110 da Lei 6.404/76, à critério de seu detentor; e
- Ação Preferencial: Direito político suprimido e, em contrapartida, direito econômico ampliado, de forma que cada quota preferencial terá direito a distribuição de dividendos 15% (quinze por cento) maiores do que os dividendos distribuídos para as quotas ordinárias, nos termos do artigo 17, da Lei 6.404/76.

**7. Ações em tesouraria.** A Companhia, mediante deliberação de maioria absoluta, poderá adquirir ações de acionistas interessados, visando mantê-las em tesouraria para posterior alienação/captação de recursos.

**7.1.** As ações da Companhia são indivisíveis e somente poderão ser oneradas, a qualquer título, inclusive penhoradas ou oferecidas em penhor, com o expresso consentimento de acionistas representantes de maioria do capital social.

**7.2.** As ações que estiverem em tesouraria, ou seja, sejam detidas pela própria Companhia, terão seus direitos a votos suprimidos e seus respectivos dividendos comporão uma reserva estatutária, a qual será utilizada, a cada dois anos, para benefícios da sociedade.

**7.3.** As ações que estiverem em tesouraria não dependerão de deliberação dos acionistas para serem alienadas para pessoas que detenham debêntures, partes beneficiárias, opção de compra, mútuo conversível e/ou outros títulos creditórios relacionados à sociedade, essa deliberação caberá exclusivamente ao diretor.

**III-TRANSFERÊNCIA DE AÇÕES**

**8. Direito de preferência da Companhia.** O acionista que desejar alienar suas ações deverá notificar formalmente o Presidente da Companhia a respeito dos termos da alienação, a fim de que este comunique à assembleia geral e que, na sequência, esta expresse a vontade de adquirir as ações em 15 (quinze) dias, conforme item 7 deste estatuto.

**8.1.** Na hipótese da Companhia não exercer o direito de preferência, o acionista deverá propor a venda, nos mesmos termos, para as pessoas que detenham debêntures, partes beneficiárias, opção de compra, mútuo conversível e/ou outros títulos creditórios relacionados à Companhia. E, no caso destes não se interessarem em 15 (quinze) dias, o acionista vendedor exercerá, automaticamente, seu direito de retirada, prosseguindo ao devido reembolso, nos termos do estatuto.

**IV-ASSEMBLEIA GERAL**

**9. Assembleia Geral.** A Assembleia Geral é o órgão máximo da Companhia, por meio do qual se cria a vontade suprema da Companhia, e tem competência para decidir sobre todos os assuntos de interesse da Companhia, à exceção dos que, por disposição legal, por força do presente Estatuto Social ou de eventual Acordo de Acionistas, forem reservados à competência dos demais órgãos de administração.

**10. Assembleia Geral Ordinária - AGO.** A AGO se reunirá, de modo ordinário, uma vez ao ano, nos primeiros 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, por convocação direta do Diretor da Companhia, para deliberar sobre os temas listados no item 132, da LSA.

**11. Assembleia Geral Extraordinária – AGE.** A AGE se reunirá, de modo eventual, para deliberar sobre os demais temas que compoem a Companhia.

**11.1. Funcionamento da AGE.** O rito da AGE passará por três fases, sendo elas: convocação, instalação e deliberação.

**11.1.1. Convocação.** A convocação da AGE sempre será feita por intermédio do Diretor da Companhia, devendo esse convocar todos os acionistas, independentemente do percentual que possuírem no capital social, via e-mail, além das formalidades previstas em lei, sob pena de anulação da deliberação.

**11.1.1.1.** No caso de todos os acionistas comparecerem à AGE, considerar-se-ão supridas todas as exigências legais em relação à convocação.

**11.1.2. Instalação.** O quórum de instalação será de 80% (oitenta por cento) do capital social para primeira convocação.

**11.2.** No caso de a Companhia deliberar sobre matéria de aumento de capital, pessoas que detenham debêntures, partes beneficiárias opção de compra, mútuo conversível e/ou outros títulos creditórios relacionados à Companhia, têm o direito de reajustar o título creditório a fim de manter a proporcionalidade do percentual societário no qual tinha direito.

**12. Suspensão de direitos de acionista.** A AGE poderá suspender os direitos de qualquer acionista, nos termos do art. 120 da Lei das Sociedades Anônimas, mediante deliberação que represente maioria absoluta.

**13. Vedações.** A Companhia é vedado:

- Comprar ou vender bens de qualquer natureza a acionistas, membros do Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal. Salvo se houver deliberação de maioria absoluta;
- Conceder empréstimo ou adiantamento de qualquer natureza a acionistas, membros do Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal. Salvo se houver deliberação de maioria absoluta.
- Deliberar de forma contrária a pactos parassociais dos quais esteja ciente (acordo de acionistas, memorandos de entendimentos e/ou opções de compras), sob pena de nulidade e responsabilização civil.

**14. Participação especial.** Pessoas que detenham debêntures, partes beneficiárias, opção de compra, mútuo conversível e/ou outros títulos creditórios relacionados à Companhia deverão participar das assembleias gerais e terão direito de voz, sendo convocados nos termos dos itens 10 e 11 deste estatuto.

**V-ADMINISTRAÇÃO**

**15. Estrutura da administração.** A administração da Companhia será composta apenas pela Diretoria.

**16. Diretoria.** A diretoria é responsável por representar a Companhia em seus negócios sociais.

**16.1. Composição.** A diretoria é composta por 1 (um) Diretor ("Presidente"), eleito em ata separada, com remuneração ajustada no termo de eleição.

**16.2. Mandato.** O presidente da Companhia terá mandato de 3 (três) anos, sendo permitida a sua recondução.

**16.3. Prestação de contas.** Ao final de cada ano exercício, o presidente da Companhia prestará contas à assembleia geral ordinária e responderá pelos abusos cometidos.

**17. Danos causados pela Diretoria Executiva.** O Presidente não responderá por danos causados à Companhia, desde que sigam a Business Judgement Rule. No caso de ato do presidente que proporcione danos à Companhia, a Assembleia Geral julgará se eles foram amparados pela Business Judgement Rule. Na hipótese negativa, esse deverá indenizar a Companhia.

**18. Permissões especiais.** Na hipótese de existência de debêntures, mútuos conversíveis, opções de compras e/ou partes beneficiárias ("créditos") relacionadas à Companhia, as quais estipulam regras e vetos de deliberação, o presidente deverá segui-las rigorosamente, sob pena de nulidade dos atos tomados contrários e indenização.

**VI-EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO PATRIMONIAL, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E SUA DESTINAÇÃO**

**19. Exercício Social.** O exercício social coincidirá com o ano civil, levantando-se, em 31 de dezembro de cada ano, findo o qual serão elaborados o balanço patrimonial, e as demais demonstrações financeiras previstas em lei.

**20.** Dos resultados apurados, na forma da legislação aplicável, serão inicialmente deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e tributos sobre o lucro; o lucro remanescente terá a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal, que não excederá o limite de 20% (vinte por cento), conforme a LSA; (b) 10% (dez por cento) para o pagamento de dividendos obrigatórios de que trata o artigo 202 da LSA, e; (c) o saldo terá destinação determinada pela Assembleia Geral.

**20.1** A Diretoria poderá levantar, a qualquer tempo, balanços patrimoniais intermediários e submeter à autorização da Assembleia Geral o pagamento de juros sobre capital próprio e/ou dividendos à conta de lucro apurado no período, bem como o pagamento de dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço, "ad referêndum", da Assembleia Geral Ordinária.

**20.2.** A Companhia poderá levantar o balanço e distribuir dividendos em períodos inferiores, mediante deliberação em Assembleia Geral, desde que o total dos dividendos pagos em cada período não exceda o montante das reservas de capital, nos termos da legislação vigente.

**VII-LIVROS SOCIAIS**

**21. Livros sociais.** A Companhia deverá sempre preparar e manter os livros, arquivos e registros (incluindo, mas sem limitação, as atas de reuniões, livros e registros sociais, livros de registros contábeis e outros documentos relacionados) atualizados, precisos e completos, de acordo com as leis aplicáveis, bem como prontamente efetuar todas as publicações, arquivamentos e registros públicos conforme o necessário. Os livros sociais que a Companhia deverá guardar são os listados no artigo 100 da Lei das Sociedades Anônimas.

**22. Forma de arquivamento e guarda dos Livros Sociais.** Os livros sociais, conforme instrução normativa 82/2021 do DREI, serão escritos em forma digital.

**23. Responsabilidade pelos livros sociais.** O Diretor Presidente ficará responsável pelas escriturações societárias.

**24.** As atas de assembleia que não importarem interesses de terceiros, poderão não ser arquivadas perante à Junta Comercial, permanecendo somente cópia na sede da Companhia, produzindo efeito intrasocietário.

**VIII-HIPÓTESES DE ROMPIMENTO DO VÍNCULO SOCIETÁRIO**

**25. Exclusão.** No caso de exclusão de acionista, a apuração dos haveres de suas ações será feita com base no patrimônio líquido da Companhia e pagamento em 120 (cento e vinte) parcelas mensais, iguais e consecutivas, com abatimento de 50% (cinquenta por cento) do valor liquidado em forma de cláusula penal.

**25.1** Permite-se a exclusão extrajudicial, mediante deliberação de maioria absoluta, em assembleia especialmente convocada.

**26. Retirada.** Na hipótese de exercício de retirada, nos termos da LSA, o reembolso das ações ocorrerá observando o patrimônio líquido da Companhia, com pagamento em 120 (cento e vinte) parcelas mensais, iguais e consecutivas.

**27.** Na hipótese de existir pessoas que detenham opção de compra e/ou mútuo conversível relacionados às ações detidas por outros acionistas e ocorra a hipótese contida no item 25 deste instrumento, tais títulos creditórios serão acionados automaticamente, seguindo o preceptivo rito, ao invés do listado no item 25 e 27.

**28. Falecimento.** Caso haja falecimento de acionistas que possuam até 10% (dez por cento) das ações da Companhia, os herdeiros ou meeiro do acionista falecido não terão a prerrogativa de escolha quanto ao ingresso na Companhia. Nesse caso, a Companhia comprará ações para mantê-las em tesouraria apurando o valor conforme o estabelecido no item 25 acima.

**IX-DISPOSIÇÕES GERAIS**

**29. Resolução de conflitos.** A Companhia escolhe Câmara de Arbitragem da CAMARB, com sede em Goiânia, em arbitragem com único árbitro, para discutirem qualquer controvérsia a respeito deste estatuto social.

**30.** Casos omissos. Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações, sempre se observando eventuais acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia.

**31.** Em caso de desacordo entre o previsto no presente Estatuto Social da Companhia e no Acordo de Acionistas firmado pelos Acionistas da Companhia e arquivado em sua sede, prevalecerá o previsto no Acordo de Acionistas.

Goiânia, 26 de maio de 2025.

Acionistas:

**ELITON RODRIGUES FERNANDES**  
**DANIEL FONSECA FERNANDES**

Advogado:

**VICTOR U. CONSTANTE**

(Advogado OAB/GO 72.375)

**JUCEG – JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE**  
**CERTIFICADO DE REGISTRO EM 03/06/2025 10:38 SOB Nº**

**52300050316.**

**PROTÓCOLO: 251460886**

**SECRETÁRIA-GERAL: SUZANA FONTES BORGES FILETI**

# Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 ( America/Sao\_Paulo)

Última atualização em 22 Janeiro 2026, 08:30:16

**Documento:** ATA 3DE PARTICIPAÇÕES S.A - 4x36.Pdf

**Número:** 24055126-6d56-4e91-b29d-4d2fb5544823

**Data da criação:** 22 Janeiro 2026, 08:30:00

**Hash do documento original (SHA256):** 1bded30a79f34ffecdf7251d8c54a043d9d0f63a9355495536368ce67efd7089



## Assinaturas

**FATURAMENTO@OHOJE.COM.BR**

Certificado digital. Verifique se já assinou com [ITI](#) ou [verificador ZapSign](#).

## INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

Confirme a integridade do documento aqui.



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número 24055126-6d56-4e91-b29d-4d2fb5544823, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em [zapsign.com.br](https://zapsign.com.br)

# Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 ( America/Sao\_Paulo)

Última atualização em 22 Janeiro 2026, 08:30:16

## Assinaturas com certificado digital

### INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

Confirme a integridade do documento aqui.



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número 24055126-6d56-4e91-b29d-4d2fb5544823, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em [zapsign.com.br](https://zapsign.com.br)